

Cabral não muda anistia, papel dos militares e reforma agrária

O deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização, disse ontem, antes de embarcar para o Rio de Janeiro — onde



pretende concluir o seu segundo substitutivo — que vai manter os mesmos textos constantes em seu projeto atual sobre pontos polêmicos como reforma agrária, anistia, e papel das Forças Armadas, já que os vários grupos da Constituinte não conseguiram chegar a um consenso.

Ele atribuiu a falta de consenso principalmente ao fato de os constituintes não quererem assumir publicamente os seus pontos de vistas sobre estas questões, jogando toda a responsabilidade nas «costas do relator»: «É muito mais fácil jogar a decisão para mim, e não assumir uma postura perante a sociedade. Mas durante as votações em plenário isso vai mudar, porque eles vão ter que assumir suas posições».

Atraso

O relator confessou ainda temer um grande atraso na conclusão dos trabalhos da Constituinte já na votação de seu substitutivo a partir do dia 15, na Comissão de Sistematização: «Na Sistematização qualquer líder de bancada pode pedir destaque de emendas e, dependendo do número de destaques obtidos, esta votação pode se estender indefinidamente. Isto sem falar na votação no plenário da Constituinte, onde um número de 35 parlamentares pode pedir destaque para emendar o projeto.

Muito cansado pelo ritmo de trabalho que vem mantendo — segundo ele, 20 horas diárias — Cabral garante que não vai recuar de posições que assumiu em seu primeiro substitutivo, como por exemplo em relação à anistia e ao papel das Forças Armadas, apesar das pressões que vem recebendo.

Definições

Assim, o relator já definiu pelo menos três pontos polêmicos. O primeiro é a reforma agrária que, pelo seu texto atual, permite a desapropriação para fins sociais e dá ao Judiciário um prazo de 90 dias para conceder à União a imissão da posse da terra.

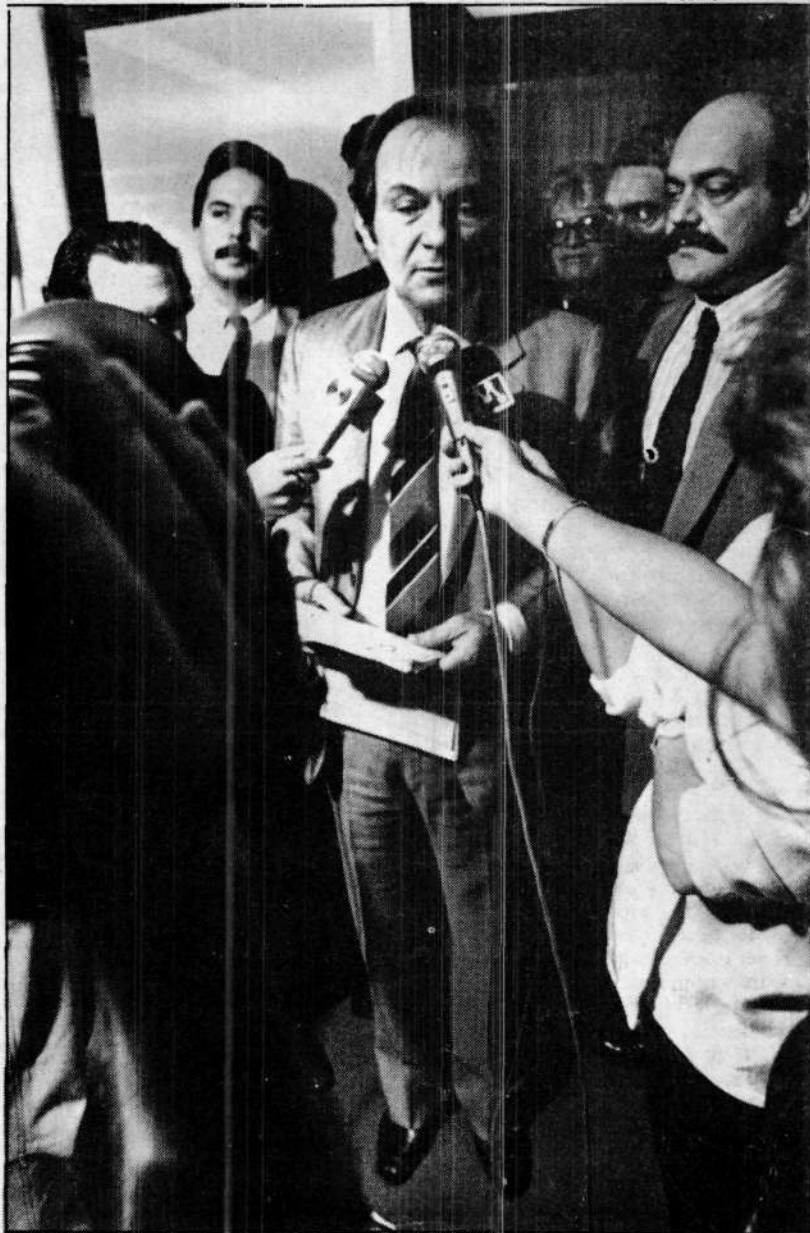
O texto define ainda que a indenização das terras será em títulos da dívida agrária e as das benfeitorias úteis será sempre em dinheiro. Na vistoria que precede às desapropriações, fica garantida a presença de peritos da confiança do proprietário. A anistia é dada a todos os prejudicados por motivos exclusivamente políticos a partir de 1946. Aos anistiados ficam garantidas as promoções na inatividade ao cargo, posto, emprego ou graduação a que teriam direito se estivessem no serviço ativo. Fica vedada no entanto a remuneração em caráter retroativo. Aos cassados entre junho e dezembro de 1969, assegura-se o direito de requerer ao Supremo o reconhecimento de todos os direitos e vantagens interrompidos. As Forças Armadas mantêm-se sob o comando supremo do Presidente da República, mas passam a destinar-se exclusivamente à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais, e por iniciativa expressa destes, da ordem constitucional.

Só 6 deputados vão à Sistematização

Com apenas seis deputados presentes, ontem de manhã, a Comissão de Sistematização não pôde realizar a reunião marcada para às 9h00 e só registrou um protesto do deputado Joaquim Beviláqua (PTB-SP) contra a ausência «justamente daqueles que pediam nosso comparecimento».

Aluízio Campos (PMDB-PB), que deveria presidir a reunião, anunciou que, como era pouco provável que a frequência aumentasse no final da semana, não seriam realizadas reuniões da Comissão nem hoje nem amanhã. A comissão só voltará a se reunir segunda-feira, às 14h00.

Joaquim Beviláqua (PTB-SP) disse não ver mesmo muito sentido em reuniões da comissão nesta fase em que compete exclusivamente ao relator preparar seu parecer. Agora, não há o que discutir. Depois de segunda-feira, sim, pois então a comissão poderá começar a debater o parecer e o novo substitutivo do relator Bernardo Cabral.



Cabral acusa constituintes de não se definirem

Ulysses já admite que a promulgação sofrerá adiamento

Recife — Antes de retornar na madrugada de ontem a Brasília, após assistir ao sepultamento do ministro da Reforma Agrária, Marcos Freire, o presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, confidenciou numa roda de correligionários que dificilmente a nova Constituição ficará pronta no dia 15 de novembro, como estava previsto.

A informação foi dada ontem pelo líder do Governo na Assembleia Legislativa de Pernambuco, Marcus Cunha, que participou de um jantar oferecido pelo governador Miguel Arraes aos políticos que vieram de outros estados assistir aos funerais de Marcos Freire.

Do jantar, além de Arraes e Marcus Cunha, participaram também os governadores Moreira Franco (RJ) e Waldir Pires (BA); o presidente do Senado, Humberto Lucena; o prefeito do Recife, Jarbas Vasconcelos, e os deputados

federais Paulo Rattes (RJ) e Maurílio Ferreira Lima (PE). Garantiu Cunha que durante a conversa não se falou na substituição de Freire no Mirad. «A hora era imprópria e posso assegurar que nenhum de nós tocou neste assunto» — disse.

Revelou, porém, que antes do jantar Ulysses Guimarães reuniu-se reservadamente com os três governadores, mas não soube informar o que foi conversado na reunião. Depois, todos os presentes concentraram a discussão sobre o futuro sistema de governo, e de acordo ainda com a versão de Marcus Cunha, «o presidencialismo ganhou de lavada».

«O governador Miguel Arraes, por exemplo, acha que o Brasil é um País complexo, cheio de problemas, e que por isso mesmo precisa de um poder central. Isso não quer dizer que não deva haver descentralização administrativa» — contou.

Lula prevê mais um ano

Porto Alegre — O presidente do PT, deputado Luís Inácio Lula da Silva (SP), advertiu ontem que a Constituinte poderá atrasar em cerca de um ano. Isso porque, na sua opinião, o deputado Bernardo Cabral não está elaborando um anteprojeto realmente de consenso, o que levará a destaque as mais de 20 mil emendas. Lula também reclamou que «a direita tomou conta» da atual fase de elaboração da Constituição, mas acrescentou que ainda acredita na possibilidade de avanço. E para obtê-lo, conclamou a população e especialmente o movimento sindical a pressionar o relator Bernardo Cabral nos próximos três dias.

Lula disse que Cabral não está agindo certo porque «não consulta ninguém». Explicou que, sem consenso, poderá provocar pedidos de destaque na votação de mais de 20 mil emendas, «atrasando em centenas de dias a Constituinte». Segundo o deputado, não se trata de uma ameaça do PT, mas de artifício previsto no próprio regimento interno, ao

qual até mesmo peemedebistas do MUP já manifestaram intenção de recorrer.

Pressão

O deputado afirmou que a Constituinte retrocedeu principalmente em relação aos interesses diretos dos trabalhadores como a aposentadoria e a jornada de trabalho. Reclamou que há pressão do Executivo, a qual, pode ser notada não só no retrocesso dessas conquistas, mas também em questões como o sistema de Governo, o papel das Forças Armadas e definições da empresa nacional. Lula adiantou que a CUT deverá aproveitar os três dias antes da entrega do novo anteprojeto para pressionar Cabral e alertou que a CGT e outros segmentos da sociedade precisam fazer o mesmo.

Por fim, admitiu que a atual campanha pelas diretas não tem a mesma força da realizada em 84. Mas explicou que não é possível repetir. Para ele, a campanha está crescendo e sua pressão já é suficiente, porque o «motivo é justo».

Para relator, município é a prioridade

A reforma tributária e a autonomia dos municípios serão os primeiros tópicos a serem analisados e revisados pelo deputado Bernardo Cabral na elaboração de seu novo substitutivo. A informação foi dada pelo próprio relator, na manhã de ontem, a um grupo de parlamentares e dirigentes da Frente Municipalista Nacional, que entregaram a Cabral 44 emendas ao projeto de Constituição. «Não faço promessa, assumo compromissos, e verei esta questão em primeiro plano, pois tudo que for possível ser revisto será feito», frisou Cabral.

A supressão da vinculação da receita tributária à educação, com a possibilidade do município intervir no domínio econômico, e a aplicação imediata da distribuição do Fundo de Participação dos Municípios, passando de 22,5% para 30% foram algumas das reivindicações apresentadas pelos prefeitos e vereadores. Cabral reconheceu que a maioria dos municípios de capitais estão em situação pré-falimentar, mas defendeu o princípio do critério de isonomia.

Aplausos

Mas, para o deputado Vasco Alves (PMDB-ES), um dos articulados da Frente, a descentralização administrativa «é uma exigência nacional, porque se os municípios não forem dotados de autonomia política-financeira e administrativa, não se poderá falar em democracia». Já para o coordenador nacional da Frente, Cláudio Giannini, a autonomia municipal praticamente não existe no texto de Cabral, ou seja, «municípios não são antes da Federação», comentou. Confiante na tese de que o relator irá acatar as sugestões e pedidos da Frente, Giannini desabafou: «Vai dar certo». Ao término do encontro, realizado em uma sala da Biblioteca da Câmara, o deputado Alexandre Puzyna (PMDB-SC) saudou o relator: «Cabral vai descobrir o Brasil outra vez». A declaração provocou risos e Cabral saiu da sala bastante aplaudido.

Outros pontos que a Frente relacionou e encaminhou a Cabral como prioritários para a autonomia municipal são a edição, pelos municípios, de suas leis orgânicas; lei complementar estadual e não federal, contera os requisitos para criação dos municípios; os terrenos de marinha e as ilhas fluviais e lacustres passam a pertencer aos municípios; fixação da remuneração dos agentes políticos antes da realização das eleições; redução dos casos de intervenção nos municípios, e ampliação do «fato gerador» do IPTU.

Anistia

Mas a ação lobista junto ao relator da Comissão de Sistematização — freqüente em toda Constituinte — não deixa de acontecer até em encontros marcados com caráter exclusivo. A espera dos municipalistas, Cabral teve a paciência de ouvir durante mais de 15 minutos insistentes pedidos de integrantes e dirigentes da Federação das Associações em Defesa da Anistia (Fada) para que promovesse revisões em seu atual texto sobre a questão. «Pressões existem dos dois lados; mas vou manter como está», deixou bem claro Cabral no início da conversa.

Mas o secretário-geral da Fada, Kardec Lemme, insistia que o importante «é manter a resistência democrática e a supremacia do poder civil sobre o militar». O relator, atencioso, sugeriu que o caminho apropriado para a conquista dos pedidos é na apresentação de pedidos de destaque durante a votação do substitutivo na Sistematização. Em tom mais baixo, Cabral, confidenciou: «Acho que vocês ganham fácil na Comissão». Sorridente, Lemme deu um «tapinha» nas costas do relator, afirmando: «Não temos intenção de colocar as Forças Armadas nos tribunais, porque lutamos pelos nossos direitos». A Fada pretende entregar 47 emendas, subscritas por diversos constituintes, na tentativa de alterar o conteúdo do texto de Cabral que dispõe sobre a anistia.